



Anais da Assembleia

N.º 117

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE SETEMBRO DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 178ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 1977

(TERÇA-FEIRA).

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Werner Wanderer

às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Rosário Pitelli, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Ernesto Gnoato e Wilson Fortes (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Quielse Crisóstomo, Egon Pudell, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Nelson Buffara e Osvaldo Macedo (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, solicito seja feita chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de "quorum"

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Deferido. A Mesa solicita ao Sr. 1o. Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de "quorum"

(É procedida a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Responderam à chamada 32 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 108/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 124/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Município de CAMBÉ, objetivando melhoria no ensino de 1o. grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 108/77

Levanta-se a sessão.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 179ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 1977

Presidência do Senhor deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e David Federmann.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Quielse Crisóstomo, Egon Pudell, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Nelson Buffara e Osvaldo Macedo (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, a inserção em ata de voto de regozijo pela fundação do jornal "FOLHA DO CAMPO" na cidade de Campo Mourão, pelo jornalista DICKSON FRAGOSO VERAS.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

O interior paranaense foi enriquecido com o surgimento de novo órgão de divulgação.

Exatamente no dia 7 de setembro próximo passado, a cidade de Campo Mourão foi brindada com o nascimento da "FOLHA DO CAMPO".

Notável a iniciativa do sério e competente homem de imprensa, jornalista Dickson Frago Veras.

Oportuna também, pois é desnecessário salientar a pujança, o celer e seguro desenvolvimento do Município de Campo Mourão e da vasta e fértil região por ele polarizada. Realmente, Campo Mourão esbanja potencialidades para serem decantadas e, ao lado dos demais órgãos de imprensa já existentes, a "FOLHA DO CAMPO" cumprirá com galhardia sua nobre missão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após a aprovação do Plenário, a inserção na ata

dos trabalhos de hoje desta Assembléia, de voto de congratulações ao jornalista NILSON POHL, pela reportagem intitulada "COM A VIDA POR UM FIO", veiculada pelo jornal "O ESTADO DO PARANÁ", em sua edição de 16 de setembro pp., à página 24.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

A leitura da reportagem "Com a Vida por um Fio", escrita por Nilson Pohl, nos oferece o dimensionamento da seriedade e da dedicação daquele profissional no enfoque de tema de transcendental importância, tornando pública a real situação em que, na coexistência diuturna com o perigo e a morte, vivem os integrantes da Polícia Militar de nosso Estado.

Em texto de página inteira, Pohl releva inteligentemente, de forma direta e concludente, a enorme responsabilidade que pesa sobre as corporações militares do Paraná: Corpo de Bombeiros e Polícia Militar, no exercício de salvaguardar a segurança da família paranaense. O trabalho de Pohl apresenta, inclusive, aspectos de minuciosa pesquisa, ao levantar o quadro estatístico do número de milicianos e soldados do fogo vitimados no cumprimento de suas heróicas missões.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado, solicitando melhor adequação da estrutura policial do Distrito de Sarandi, Município de Marialva.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Mercê de seu vertiginoso crescimento demográfico e desenvolvimento econômico, o Distrito de Sarandi, no Município de Marialva, caminha com passos largos e firmes em busca de sua emancipação política. Em virtude de sua localização, próxima à cidade de Maringá, recebe a influência da grande cidade, registrando aumento em sua população da ordem de 250 por cento ao ano, podendo afirmar-se que o número de seus habitantes supera o apresentado por mais de 160 municípios do Estado.

No entanto, em virtude desse incrível progresso, asseverou-se a violência, verificando-se assaltos e crimes que atemorizam as famílias sarandienses, sem que os organismos de segurança tenham recebido estruturação e adequação para garantir a tranquilidade daquela localidade.

Urge, portanto, que a Secretaria de Segurança Pública do Estado tome conhecimento desse quadro e determine, de imediato, as imprescindíveis providências para dotar Sarandi das condições indispensáveis de racional e efetivo policiamento.

Porisso, através desta Casa, reivindicamos junto à S. Exa. o Sr. Secretário de Segurança Pública, além da designação de competente Delegado de Polícia, o aumento do efetivo policial, a destinação de viaturas e a edificação de amplo prédio para sediar a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, pois a atual, de forma alguma condiz com suas finalidades, pelas suas proporções e estado de conservação.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 129/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública a "Província Cristo Redentor da Congregação das Irmãs Franciscanas de São José, com sede em Curitiba.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1977.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se propõe seja declarada de utilidade pública, vem desenvolvendo benemérito trabalho junto à comunidade paranaense, mormente àqueles mais carentes de recursos materiais, propiciando-lhes auxílio no campo da educação, saúde e promoções sociais, ao lado da assistência espiritual, tão necessária no mundo de hoje.

Tais serviços são prestados desinteressadamente, não recebendo a Diretoria qualquer remuneração.

De todo oportuno que o Poder Público lhe outorgue a declaração de utilidade pública, para que possa melhor desenvolver as suas atividades.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Renato Bernardi. (Ausente).

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. Governador do Estado acaba de conseguir no exterior mais um empréstimo na ordem de 55 milhões de dólares, que será destinado à pavimentação de estradas e, naturalmente, o povo paranaense, o grande avalista e o principal pagador dos empréstimos do Estado, a partir deste momento, se encontra mais onerado do que antes.

Nós não somos contra os recursos advindos de países economicamente melhores situados do que o nosso, e entendemos que há necessidade do Governo buscar nos países de melhores condições econômicas os empréstimos que naturalmente serão aproveitados para o nosso desenvolvimento.

Mas, há poucos dias, Sr. Presidente, Srs. Deputados, denunciamos daqui desta tribuna, o serviço de pavimentação asfáltica feito em Jacarezinho a Cambará, neste Estado.

Nós dizemos "asfalto" para não denegrir o aspecto nominativo do empreendimento, mas que, na realidade, o que vimos lá, o que vimos em diversas rodovias e diversas obras executadas por este Governo não é bem asfalto, é apenas um tipo de serviço que poderemos qualificar nesta oportunidade de "anti-pó" melhorado.

É o verdadeiro desperdício de dinheiro nunca visto neste País, principalmente neste Estado. O Estado que empobrece o seu povo a cada dia que passa, cada vez mais, através de tributos violentos lançados pelo Governo, e o Governo continua seu carnaval de empréstimos; o Governo continua os seus festejos constantes para manter uma representação política ficciosa.

O Governo continua o desperdício de economia do povo e do Estado do Paraná, para manter uma Liderança que não existe uma pseudo-liderança, uma falsa liderança política.

É triste quando um país entra numa fase de transição violenta como esta que já dura 13 anos; quando o povo tem que ter a boca amordaçada através de seus representantes no parlamento, e nós estamos cansados de saber que as nossas palavras ficam circundadas nestas quatro paredes. Elas são proibidas por determinação do Poder de se divulgar. E o povo empobrece cada vez mais. É o empobrecimento generalizado; é o carnaval de desrespeito à economia popular, à economia do próprio Estado.

Os jornais destacaram o grande feito do Governador Jayme Canet Júnior. Mais um empréstimo alcançado pelo grande Governador do Estado do Paraná.

Mais obrigações e mais responsabilidades do grande avalista, do principal pagador, do povo paranaense, em troca não de pavimentação asfáltica, mas de um "antipó" melhorado que está saindo aí nos quatro cantos do Paraná.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Grande Expedien-

te, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos de Oliveira, Líder do M.D.B.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Há uma angústia nacional.

Há uma ânsia de sermos.

A vontade popular não pode ser mais represada, nem a liberdade ser condicionada ao Poder.

Preparamo-nos, portanto, para a abertura democrática. A Nação, como está, não pode prosseguir.

Chegou a hora de nos encontrarmos.

Este é o instante da legalidade e da libertação. Façamos um esforço comum pela democracia, oferecendo aos adversários de hoje solução para o amanhã deste País.

Não há quem resista aos apelos de um povo, nem quem desatenda os clamores de uma Nação.

Chegou a hora do encontro nacional e o MDB oferece a solução popular da Constituinte.

Voltemos as costas para o Brasil da censura ou discriminatória, da repressão irracional ou desvairada, das punições sem defesa, das prisões arbitrárias, da escuta telefônica e da delação que avilta.

Não, não é esta a Pátria com que sonhamos.

O Brasil que estremecemos ressumbra amor e compreensão, respeito e dignidade.

Nele, o Estado encontra-se com a Nação, os militares com os civis, os pobres com os ricos.

Nele, o estudante é acolhido; o trabalhador é valorizado; o sindicato reivindicante; a imprensa, independente e a cultura incensurada.

Nele, o agricultor é socorrido; o religioso respeitado e o empresário considerado e atendido.

Nele, o povo é ouvido, o Parlamentar inviolado e a justiça intangível.

Nele, o homem é livre e a Nação democrática".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acabo de ler o trecho final de um discurso de um grande brasileiro: Alencar Furtado.

E é exatamente hoje, dia 20 de setembro, dia que há de ser histórico para esta Nação, que pretendo render em nome da bancada oposicionista do Paraná, a este brasileiro ilustre, a nossa homenagem.

Dia próprio, para que Alencar Furtado receba dos seus companheiros do Paraná, esta homenagem sincera que é também uma homenagem sentida.

Quero, Sr. Presidente, neste dia, repito, que há de ser histórico para o Brasil, render as minhas homenagens ao Líder Alencar Furtado, ao Deputado Alencar Furtado, ao homem Alencar Furtado que foi banido da vida pública, pelo arbítrio e pela prepotência.

E nesta homenagem que se presta a este homem, neste dia de significado nacional, busco nas palavras de Alceu de Amoroso Lima, Tristão e as palavras que bem definem a Personalidade de Alencar Furtado.

"Pela fidelidade aos seus mais puros ideais políticos; pela inteligência com que em todos os seus discursos traduziu idéias, e sua cultura jurídica e, acima de tudo, pela desassombro de suas atitudes parlamentares, o Deputado Alencar Furtado, é merecedor da gratidão de todo o povo brasileiro.

Queira, Deus, seu exemplo seja seguido por todos aqueles que tiveram a audácia que ele sempre teve, de enfrentar os obstáculos mais intransponíveis para tentar a vitória de seus ideais de um Estado de Direito, que são também os de todos que prezam o passado da nossa história como modelo de luta de liberdade popular contra o oficialismo, tantas vezes opressor.

Porque, sua atuação está reservada à formação dessas forças invisíveis, que foram a seiva mais pura da opinião nacional.

Um dia, ele voltará à tona da vida pública, já então re-

forçado pelo ostracismo temporário. Voltará com sua eloquência intacta, sua coragem temperada pela adversidade e sua experiência enriquecida.

Assim, como os governos são fortes na medida da força das oposições, governos e oposições de cuja composição se fazem as civilizações em sua esfera política, são fortes e justos na medida de sua OPINIÃO COLETIVA, consciente e participante.

Esta sairá reforçada pelos últimos acontecimentos. Não terá sido vão, por conseguinte, o sacrifício que este grande patriota e bravo parlamentar ofereceu ao futuro de nossa Pátria."

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Movimento Democrático Brasileiro, diante do regime de exceção e das reformas impostas com base no Ato Institucional, No. 5, que aniquilaram as últimas instituições livres existentes no País, indissociáveis do voto direto, silenciaram o Congresso Nacional e descumpriram as perspectivas e solenes promessas de retorno do País ao Estado de Direito, bem como a observância em 1978 do Calendário Eleitoral, para pacificamente, junto ao povo e suas forças representativas, conquistar a vitória na luta pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte."

Quando o MDB propõe ao País e à Nação a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, para que através dela, se coloque fim ao arbítrio; se coloque fim à prepotência; que vivamos um regime de liberdade amplas.

Que enfim, a nação se reencontre com a Lei.

Esta idéia da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, diga-se à bem da verdade, Srs. Deputados, dentro do MDB, nasceu em 1971, no Estado de Pernambuco. E, posteriormente reforçado em documento enviado à Direção Nacional, pelo Diretório Regional do Estado do Paraná.

Seguiram-se a este posicionamento, a esta pretensão, várias tentativas, para que a tese da Constituinte caísse num vazio; porque a Constituinte não interessa aos poderosos no momento; interessa isto sim, à Nação.

Então a Nação assistiu a proposição de um diálogo, a exemplo do que assistira quando se votava no Congresso Nacional, o projeto da Reforma do Judiciário.

Diálogo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não somos contra o diálogo, coerente; somos contra — e quero deixar bem claro, a este tipo de diálogo.

O diálogo que se nos afigura desonesto e incoerente.

E direi porquê: vejam os Senhores, neste episódio, nos dias que antecederam a Convenção Nacional de meu Partido.

S. Exa. o Senhor Senador Petrônio Portela anunciou à Nação a disposição do Governo em dialogar com a Oposição. Sem, no entanto, trazer nada de concreto.

A oposição no Brasil deseja o diálogo, mas não o diálogo interpartidário. Queremos o diálogo com a Nação.

Queremos o diálogo tendo por foro uma Assembléia Nacional Constituinte.

Queremos um pacto social. Mas, um pacto social com o povo. Porque não entendemos pacto social sem povo, urdido entre cúpulas.

Mas, como se isso não bastasse, ou se essa tentativa — para mim enganosa — lança-se o partido oficial, a Aliança Renovadora Nacional, numa campanha que pretende levar o descrédito à população brasileira, no que diz respeito à Constituinte.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acredito e tenho certeza, que no seio da ARENA existem homens, como existem na Oposição, imbuídos de um verdadeiro ideal democrático.

Mas, registre-se, Srs. Deputados, que a cúpula partidária da ARENA, se caracteriza, mais uma vez, como eterna recadeira do sistema.

E pretende incutir à Nação de que a tese da convocação de uma Assembléia Constituinte não traria maiores

consequências.

Ledo engano.

Houve todo um pensamento, toda uma elaboração de pensamento político brasileiro da "direita", que inventou a existência de um povo apático, ignorante, mal informado.

É verdade que existe o analfabetismo, é verdade que, em condições extremas de miséria o povo é facilmente vítima do controle político, mas não podemos esquecer que esse controle se dá, também, porque existe um outro mecanismo muito afetivo, que é o mecanismo da coerção direta.

E todas as vezes que é possível, pela lei, pelo direito, controlar essa coerção direta, brotam um pensamento que é popular e um pensamento não necessário e totalmente está despistando daquilo que são os interesses do povo.

Não obstante, e, às vezes, não só a "direita", pensa-se que o povo é incapaz de saber quais são os seus próprios interesses, que o povo não tem consciência.

Consciência não é alguma coisa que brote do céu, que cai e que ilumina a cabeça de alguém, não é isso.

É o exercício cotidiano dos interesses de cada qual e a tentativa de entender a necessidade a qual está sujeito.

Isso é que é consciência. Isso não se faz pela palavra de iluminados, isso só se faz pela experiência concreta, humilde, diária de cada um.

Há um engano tremendo que caracteriza as nossas elites: não só as nossas: a de pensar que é possível, através dessas espécies da cultura de ilusão, que se manifesta pela propaganda, pela televisão, enfim que é possível, ao fazer a propaganda de um estilo de vida que é dos milionários, dar a ilusão ao povo que ele participa desse estilo.

Não dá.

Dá, talvez, a expectativa de que, pelo menos, se tem educação, escola para os filhos, mas há também a consciência da desigualdade; a consciência que existe uma diferenciação muito grande entre aqueles que aparecem todos os dias matraquiando as vantagens de um terceiro automóvel e entre a fila sofrida dos que lutam por tomar um lugar no ônibus do subúrbio e, às vezes caminhando a pé para contrabalançar o preço alto do ônibus.

Essa é a situação real do País.

Esta situação não se resolve - repito - através de planos mirabolantes, nem políticos nem econômicos.

Ela só pode se resolver na medida em que formos capazes de mobilizar aquelas forças que já estão presentes no País.

Este não é um País morto; não é um País de apáticos; não é um País de alienados.

É uma ilusão alguém pensar assim. Este é sim, um País de oprimidos."

E após a Convenção, Srs. Deputados, assistimos a primeira reação do sistema, o sistema, ou o Governo, que, momentos atrás colocava na boca do Senador Petrônio Portela, a proposição de um diálogo; e qual a primeira reação daquele que prega o diálogo?

A primeira reação foi a de censurar os órgãos de comunicação deste País, para que não transmitissem o episódio histórico da Convenção Nacional do MDB.

São estes os homens que querem o diálogo. E como se a censura não bastasse, os propositores do diálogo, usando da força bruta - apenas para citar um exemplo, registre-se o que aconteceu em Pernambuco, com a presença inclusive de um dos mais eminentes Parlamentares da ARENA neste País, o Senador Teotônio Vilela, em companhia de dois outros ilustres Senadores desta República, Paulo Grossard e Marcos Freire:

A palestra que estava anunciada para ser proferida na Faculdade daquela Capital foi impedida de ser realizada, e quando os estudantes daquela Capital saíram à rua, em uma atitude legítima de protesto, mais uma vez os cães da polícia pernambucana eram atirados contra a população daquele Estado.

São estes, os homens que propõem o diálogo.

Após as reações do Governo, do sistema, veio a reação da Aliança Renovadora Nacional - esta, compreensível - porque, perdoem-me ilustres Deputados que compõem a valerosa bancada da ARENA.

Nesta quadra da vida política nacional, dos homens da ARENA, as Lideranças maiores da ARENA neste País, contrariando aquilo que brota do seu coração e da sua alma, que seria de ajudar as oposições brasileiras a manter sob pressão constante este sistema, fazendo com que os responsáveis pelos destinos deste País voltassem as suas vistas e o seu pensamento para que este País reencontre o quanto antes o seu caminho de progresso, de liberdade e de democracia. Mas, nota-se exatamente o contrário.

Por uma fidelidade incompreensível, para servir a um só senhor, muitos homens voltam-se contra a Nação. Esta é a dolorida verdade.

Mas, a reação da ARENA, a meu ver, Srs. Deputados, valoriza a decisão da Convenção Nacional do MDB.

Valoriza, porque acredito que as Lideranças da ARENA estarão dispostas a contestar as afirmativas de uma necessidade da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, e aí se dará aquilo que a Nação deseja; a ampliação do debate em torno desta tese.

(Lê): "Existem os que, a serviço dos poderosos do momento dizem não acreditar que as oposições deste País, possam sensibilizar a opinião pública nacional para a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

"Porque não pensar que daqui a pouco existe uma possibilidade de a massa participar ativamente, desde que nós tenhamos a capacidade de dizer com simplicidade qual é a ligação entre a questão política com uma questão social, com a questão da inflação, do custo de vida, da exploração, da falta de garantias sociais, enfim, o elo que permitirá isso é o elo propriamente político."

É oportuno lembrar aqui "Barthélemy":

"Uma atração profunda, misteriosa, irresistível, poderosa e fatal como uma força da natureza encaminha os povos para a democracia. Pode-se criticar o movimento democrático, mas deve se levar em conta que isso constitui um trabalho tão vão como o de criticar o curso das estações ou a atração dos astros".

Sr. Presidente, por dever de consciência, passo a ler, neste instante, para que conste dos Anais desta Casa, e a exemplo do que está acontecendo em todos os parlamentos deste País, o documento que o MDB dirige à Nação brasileira, e que foi aprovado, por unanimidade, em sua convenção memorável: (Lê)

"O MDB dirige-se à Nação para dar-lhe conhecimento das razões que o levaram em Convenção Nacional, a conclamar o povo brasileiro para participar de um amplo e patriótico movimento em prol da convocação de uma Assembléia Constituinte.

Treze anos de governo de exceção deformaram nossas instituições jurídicas.

A Nação está submetida ao arbítrio. A consequência é o caos institucional; o poder político perdeu em legitimidade e a ordem econômica hipertrofiada degenerou-se na inflação.

O endividamento externo compromete nossa soberania: persiste uma das mais cruéis concentrações de renda que o mundo reprova e a ordem social injusta apresenta aspectos de desumana desigualdade, com crescentes e alarmantes índices de pobreza, doença e mortalidade.

Mais sombria é a conjuntura já condenada pela vocação legalista de nossa gente na síntese de Pontes de Miranda que na "Constituição de 1967, há mais subversividade do que revolucionariedade"...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) (Faz soar os tímpanos)

A Presidência lamenta informar a V. Exa. que o tempo do Grande Expediente se esgotou e passa a anotar os

15 minutos reservados à Liderança, para que V. Exa. possa continuar na tribuna.

O SR. TRAJANO BASTOA — Obrigado. Farei uso dele, Sr. Presidente.

Continuando:

"O Estado de tal forma se divorciou da Nação, que esta angustiada e primida, clama numa só voz para que lhe devolvam os instrumentos de sua segurança, estabilidade, harmonia e desenvolvimento.

O Governo não pode continuar surdo e contra 80 por cento da população que clamam por liberdade e democracia, conforme o testemunho insuspeito de recente pesquisa de opinião pública.

O Governo, ao mesmo tempo que se auto promove e se julga certo e infalível, julga errados e condena o MDB, os juristas, a imprensa, a igreja, os estudantes, os trabalhadores, as donas de casa, o empresariado, os esportistas, a sociedade enfim, que através de manifestações inequívocas, reiteradas e ostensivas quer substituir a tutela pela participação, o AI-5 pelo império da Lei e a oligarquia do voto indireto pela Democracia do sufrágio pessoal, universal e secreto.

A ordem material, quando não tem a assegurá-la a norma jurídica e democrática, gera o imobilismo, os privilégios, a corrupção e a alienação.

Acrescente-se a frustração da dignidade cívica, que reduz o cidadão livre a um robô despersonalizado e transforma o povo, de sujeito, em objeto do Estado.

As Revoluções que só se sustentam na força e na repressão erigem a segurança do Estado com fim supremo e último da organização política.

Eis uma concepção totalitária do poder.

Os valores eternos e insubstituíveis da Liberdade, da Justiça e dos Direitos do Homem não podem ser eliminados pelo Estado.

A Nação é mais forte do que os governos que querem oprimi-la.

Quando na vida de um povo esse estágio de deterioração se verifica, quando se invertem as hierarquias e prioridades, quando é evidente a quebra de todos os liames que legitimam o pacto social, urge romper o impasse institucional, dentro da ordem e para assegurar a paz, apelando para as razões históricas da Nação, para as inspirações de sua tradição jurídica e para suas virtudes inatas de cordialidade e conciliação.

Só assim a marcha para o progresso e a civilização será feita sem traumatismos, sem desvios e sem procrastinações, que são imperdoáveis concessões e cumplicidade com o subdesenvolvimento. São inaceitáveis, tanto a repressão violenta que humilha e degrada, como a vingança da desforra ou a anarquia irresponsável da permissividade, sem mecanismos de defesa do Estado.

A representação nacional, emanção livre da vontade do povo, enunciada nas urnas, sendo a mais alta expressão de seu poder soberano, é o meio legítimo e natural para, através do consenso, dirimir os conflitos, corrigir as injustiças, eliminar confrontos e encontrar os pontos de convergência para a definição de novos rumos.

O Brasil, reconciliado e fortalecido, sem vitoriosos arrogantes e prepotentes, nem vencidos e punidos até na família, precisa reencontrar-se com os objetivos permanentes da Pátria. É a Constituinte.

A Constituinte é a voz da Nação que há de ser ouvida. É a presença da Nação que não pode continuar ignorada.

Dividido contra si mesmo, o Brasil perecerá na violência ou se degradará sob os horrores de uma ditadura, alternativa que cumpre evitar com a restauração do poder democrático.

Tanto mais urgente se faz tal reabilitação, quanto é certo que, com as atuais estruturas de poder, o País se tornou ingovernável.

Do nefasto e longo arrolamento de desacertos e agressões ao Estado de Direito ocorrido no Brasil, rememorem-se os mais recentes:

— A lei eleitoral não pode ser desmoralizada em expedientes de continuismo, para a calamitosa imposição de governadores e senadores;

— Fechar o Congresso, ainda que temporariamente, é afronta ao povo do qual é seu legítimo representante;

— A imprensa, o Rádio e a Televisão não pertencem ao Governo, mas à Nação, para ser esclarecida e não iludida;

— A Oposição não pode ser proscrita do direito de pelas urnas ser Governo, ser combatida como inimiga, nem expulsa dos meios de comunicação para que não exerça seu ofício de fiscalizar, criticar, e denunciar;

— O salário é a sobrevivência do trabalhador, insuscetível de ser confiscado, inclusive pela adulteração de índices de ser confiscado, inclusive pela adulteração de índices de custo de vida, como espontaneamente vem de ser revelado;

— O envidivamento e a descapitalização corroem a vitalidade das nossas empresas, e o processo de desnacionalização da nossa indústria se acentua, contra o protesto quase diário do empresariado brasileiro;

— A criminoso gestão de instituições financeiras, não pode permanecer durante anos imune à fiscalização para que a ação governamental, quando afinal surja, seja para a sangria de bilhões de cruzeiros pagos, por um povo sem poupança e sem salário.

— O ônus do combate à inflação e da dinâmica do desenvolvimento não pode recair opressivamente sobre as classes média e obreira, enquanto se estratifica a concentração de riqueza, acumulam-se os privilégios e a impunidade tributária premia o consumo supérfluo ou suntuário.

A Assembléia Nacional Constituinte é a solução global e não casuística, imposta pela lógica política, pela coerência, pela integração dos ideais e dos interesses de todos na Nação e no Estado, que pertencem a todos e não a privilegiados.

A anistia é o esquecimento, abrindo o passado e o presente, é o estuário cristão da reconciliação, para que os brasileiros deixem de lutar entre si e se irmanem no objetivo de salvar o País da inércia, do pauperismo, da doença e do analfabetismo, pois só assim vencerão o desafio da presente geração.

O MDB prega uma Constituinte abrangente e não discriminatória.

Não admitirá que se degrade em foco de subversão ou de intranquilidade, que se negue degenerando-se mensageira do ódio ou esclerosada no saudosismo.

A Oposição é a institucionalização do debate, pois vive da controvérsia.

Para ele tem o limite de suas normas programáticas, sem desfigurar-se perante a opinião pública.

Chegou a hora da Paz.

Paz na Lei. Paz com Liberdade. Paz com justiça social. Paz a favor do homem, não destruidora do homem.

Para o Brasil e os Brasileiros, Democracia é o nome político da Paz e a Assembléia Nacional Constituinte é o único "forum" capaz de escrevê-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência consulta o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares se deseja fazer uso da palavra?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro a V. Exa., que à maneira de H.G. Wells, no livro "A Má-

quina do Tempo", para se chamar o gado humano para votar. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere e fará soar a campainha a fim de alertar os Srs. Deputados que se encontram no anexo deste plenário para que participem da votação.

(Faz soar a campainha)

A Presidência sente-se no dever, e com muita satisfação, de registrar a presença do ex-Deputado Estadual e Prefeito Municipal de Ponta Grossa, Sr. Luiz Carlos Zuk.

Também registra a presença do Sr. Vereador Adhail Sprenger Passos, de Curitiba.

A Presidência registra, com satisfação, a presença do Sr. Suplente de Senador e Presidente Regional do MDB, Sr. Euclides Scalco.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente.

Necessita de apolamento.— **Apoiado.**— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 111/77, de autoria da CCJ, Mensagem 56/77, ex-Proposição 134/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de GOIOERÊ, objetivando melhorias no ensino de 1o. grau. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e CIP, por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 254/77, de autoria da CCJ, Mensagem 48/77, ex-Proposição 225/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de CAMPO MOURÃO, objetivando transferência de recursos oriundos de convênio celebrado com o MEC, para aplicação na área da Educação Física e Desportos. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 257/77, de autoria da CCJ, Mensagem 68/77, ex-Proposição 398/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CALIFÓRNIA, objetivando execução de obras de reparos no prédio do Grupo Escolar PADRE SEVERINO CERUTTI, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 258/77, de autoria da CCJ, Mensagem 68/77, ex-Proposição 402/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de DOIS VIZINHOS, objetivando execução de obras de reparos nos prédios da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, daquele município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 259/77, de autoria da CCJ, Mensagem 68/77, ex-Proposição 404/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de GOIOERÊ, objetivando reparos no prédio da Unidade Escolar "MARIA ANTONIETA SCARPARI", e da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública daquele município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 260/77, de autoria

da CCJ, Mensagem 74/77, ex-Proposição 415/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — e o IBDF, objetivando dar nova redação ao Parágrafo Primeiro da Cláusula Quarta do convênio Original. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 261/77, de autoria da CCJ, Mensagem 80/77, ex-Proposição 416/77 — aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de JARDIM OLINDA, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar "PADRE MONTOIA", localizado naquele município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 262/77, de autoria da CCJ, Mensagem 80/77, ex-Proposição 420/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CRUZ MACHADO, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar "EVERARDO BACKAUSER", localizado naquele município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 276/77, de autoria da CCJ, Mensagem 87/77, ex-Proposição 452/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CORONEL VIVIDA, objetivando reparos nos prédios de Escolas Rurais do Estado, localizado naquele município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 280/77, de autoria da CCJ, Mensagem 87/77, ex-Proposição 461/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PATO BRANCO, objetivando reparos no prédio da 14a. Delegacia Regional da Fazenda, da sede daquele município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 83/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 72/77, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva instituir o Fundo de Mineração, e constituir a Empresa Minerais do Paraná S.A. — MINEROPAR. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.C., por unanimidade.— COM EMENDAS DA CCJ.—

Projeto de Lei Número 83/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica instituído o FUNDO PARANAENSE DE MINERAÇÃO, cujos recursos destinar-se-ão a prover e financiar estudos e trabalhos de levantamento geológico, pesquisa mineral, lavra de jazidas e investigações e desenvolvimento de processos de beneficiamento mineral, inclusive instalações minerais do Estado.

Art. 2o. — O FUNDO PARANAENSE DE MINERAÇÃO será constituído:

I- Da cota do Imposto Único sobre Minerais pertencentes ao Estado;

II- Das dotações consignadas no orçamento geral do Estado.;

III- Dos rendimentos de depósitos e aplicações do próprio FUNDO;

IV- Do valor referente ao total dos depósitos mantidos na conta do Imposto Único sobre Minerais, anteriores à criação do FUNDO PARANAENSE DE MINERAÇÃO e dos rendimentos referentes à movimentação dessa conta;

V- Das receitas oriundas de convênios, acordos ou outros ajustes;

VI- Dos recursos oriundos de empréstimos contraídos por antecipação de receita;

VII- Do produto da alienação de bens patrimoniais.

Art. 3o. — A administração do FUNDO PARANAENSE DE MINERAÇÃO competirá, mediante o respectivo contrato de concessão, à empresa Minerais do Paraná S/A— MINEROPAR Sociedade de Economia Mista, vinculada à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, que o Poder Executivo fica autorizado a constituir e dela participará subscrevendo ações na forma prevista no art. 4o.

§ 1o. — A MINEROPAR terá personalidade jurídica, de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira.

§ 2o. — A MINEROPAR terá sede e foro na cidade de Curitiba e o prazo de duração indeterminado.

Art. 4o. — O Capital Social autorizado da empresa de economia mista Minerais do Paraná S/A — MINEROPAR, é de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), dividido em 14.000.000 (quatorze milhões) de ações ordinárias e 6.000.000 (seis milhões) de ações preferenciais, cada uma no valor de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro), todas nominativas, devendo o Estado, diretamente ou por intermédio de entidades de administração indireta, subscrever pelo menos 51 por cento das ações ordinárias e preferenciais.

Parágrafo Único. Nos aumentos de capital que venham a ocorrer por deliberação das Assembléias Gerais, o Estado fica obrigado a subscrever ações, de forma a respeitar o limite previsto neste artigo, podendo, para tal fim, utilizar recursos do FUNDO PARANAENSE DE MINERAÇÃO.

Art. 5o. — A integralização do capital subscrito pelo Estado será realizada da seguinte forma:

I — No corrente exercício financeiro através da dotação orçamentária: elemento 4.1.5.0 — Participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades industriais ou agrícolas, do projeto 1937 — Participação na constituição do capital de Empresas Públicas, ou Sociedade de Economia Mista, da unidade orçamentária, Gabinete do Secretário — Entidades vinculadas — SEIC, no valor de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros);

II — Mediante dotações orçamentárias consignadas nos exercícios financeiros de 1978 e 1979, créditos especiais ou incorporações de bens.

Art. 6o. — A MINEROPAR, além da administração do FUNDO PARANAENSE DE MINERAÇÃO, terá por objetivo a pesquisa, lavra, beneficiamento e industrialização dos minerais do Estado do Paraná.

Art. 7o. — As atividades da MINEROPAR são as discriminadas em seus Estatutos Sociais.

Art. 8o. — Poderá a MINEROPAR participar acionariamente de atividades que representem interesse para os seus objetivos sociais.

Art. 9o. — Além dos recursos decorrentes do seu patrimônio constitutivo, a MINEROPAR poderá contar com os seguintes recursos:

- a) Renda industrial;
- b) Remuneração por serviços prestados;
- c) Operações de crédito;
- d) Rendas eventuais.

Art. 10 — A MINEROPAR reger-se-á por esta Lei, por seus Estatutos, pela Legislação específica às sociedades por ações e, subsidiariamente, pelas disposições legais e normativas que lhe sejam aplicáveis.

Art. 11 — A MINEROPAR será administrada por:

I Conselho de Administração

II Diretoria Executiva

III Conselho Fiscal.

§ 1o. O Conselho de Administração será constituído de 5 (cinco) membros eleitos pela Assembléia Geral com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

§ 2o. — A Diretoria Executiva será constituída de 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

§ 3o. — O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, eleitos anualmente pela Assembléia Geral, podendo ser reeleitos.

Art. 12 — A remuneração dos membros da Diretoria será fixada anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, cujo montante não poderá exceder ao fixado para os Secretários de Estado.

Art. 13 — Na qualidade de administradora do Fundo Paranaense de Mineração, a MINEROPAR perceberá anualmente, a título de retribuição pelos serviços concedidos, a importância de até 10 por cento dos recursos recolhidos a conta do Fundo (art. 2o.).

Art. 14 — O Fundo Paranaense de Mineração é dotado de personalidade contábil e sua caixa será totalmente distinta da caixa da MINEROPAR.

Art. 15 — Os recursos do Fundo Paranaense de Mineração aplicar-se-ão, exclusivamente, nas operações seguintes:

- a) Na realização de despesas gerais, visando possibilitar os estudos e trabalhos de levantamento geológico;
- b) Na cobertura de despesas operacionais referentes as pesquisas minerais realizadas pela MINEROPAR;
- c) Na cobertura de despesas decorrentes da lavra de jazidas;
- d) Na cobertura de despesas decorrentes de investigação e desenvolvimento de processo de beneficiamento mineral;
- e) Na aquisição de móveis e imóveis, material permanente e de consumo, equipamentos e instalações destinados à exploração dos recursos minerais do Estado;
- f) Na associação com capitais cujos objetivos se enquadrem no art. 1o. desta lei.

Art. 16 — Os exercícios financeiros da MINEROPAR e do FUNDO PARANAENSE DE MINERAÇÃO coincidirão com o exercício civil.

Art. 17 — O saldo positivo do Fundo apurado em balanço, em cada exercício, passa para o exercício seguinte a crédito do mesmo fundo.

Art. 18 — Os acréscimos patrimoniais provenientes da utilização dos recursos do Fundo Paranaense de Mineração serão incorporados ao patrimônio do próprio Fundo.

Art. 19 — Os recursos do Fundo Paranaense de Mineração serão aplicados pela MINEROPAR.

Parágrafo Único — As operações constantes nas alíneas a, b, c e d, do art. 15, poderão ser executadas, mediante convênio, na forma legal, por empresas de mineração legalmente constituídas.

Art. 20 — A MINEROPAR, na qualidade de administradora do Fundo Paranaense de Mineração, remeterá ao Ministério de Minas e Energia, relatório conforme prevê o art. 17, I e II do Decreto Lei— 1.038 de 21 de outubro de 1969.

Art. 21 — A MINEROPAR além da prestação de contas prevista na legislação específica submeterá o balanço geral ao Tribunal de Contas do Estado, no prazo de noventa dias após o encerramento do exercício.

Art. 22 — A MINEROPAR, encaminhará anualmente, relatório e balanço geral da gestão do Fundo Paranaense de

Mineração, à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, à Secretaria de Estado das Finanças e ao Tribunal de Contas do Estado, no prazo de noventa dias após o encerramento do exercício.

Art. 23 — O pessoal da MONEROPAR será regido pela legislação trabalhista.

Art. 24 — Na aquisição ou alienação de bens, na contratação de obras ou serviços, a MINEROPAR obedecerá os princípios básicos de licitação.

Art. 25 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1977.

(a) PODER EXECUTIVO

JUSTIFICATIVA:

Curitiba, 21 de fevereiro de 1977.

Exmo. Sr. Governador do Estado.

Em atendimento ao disposto no art. 119, § 1o., b, da Lei 6636, de 29 de novembro de 1974, tenho a honra de apresentar à consideração de V. Exa. o anexo Anteprojeto de Lei que autoriza a criação da Empresa de Economia Mista "MINERAIS DO PARANÁ S/A — MINEROPAR" e institui o FUNDO PARANAENSE DE MINERAÇÃO — FUPAM".

A necessidade da criação da empresa Minerais do Paraná S/A — MINEROPAR, evidencia-se pela carência que tem o Estado de um órgão especializado, que centralize e coordene, as ações de política econômica para o setor mineral, tanto as emendas da esfera Federal quanto Estadual.

A criação desta entidade impõe-se pelos motivos que passamos a expor:

1. — De acordo com o que preconiza o II Plano Nacional de Desenvolvimento é prioritário o programa de desenvolvimento do setor mineral, devendo ser adotadas nos diferentes campos do setor, as seguintes estratégias:

a) Insumos Básicos:

"No tocante a Insumos Básicos, adotará o Brasil uma política de garantia de suprimento, sempre que viável, objetivando a auto-suficiência e, muitas vezes, a abertura de fluxo de exportações; quando inviável a auto-suficiência, procurará reduzir ao mínimo a dependência em relação a fontes externas, inclusive associando-se a empreendimentos binacionais ou multinacionais para garantia de ofertas em condições razoáveis. Em sentido amplo, são os seguintes os principais grupos de Insumos Básicos considerados:

- Produtos Siderúrgicos e suas matérias-primas.
- Metais Não-Ferros e suas matérias-primas.
- Produtos Petroquímicos e suas matérias-primas.
- Fertilizantes e suas matérias-primas.
- Defensivos Agrícolas e suas matérias-primas. Papel e celulose.
- Matérias-primas para a Indústria Farmacêutica.
- Cimento, Enxofre, e outros minerais não metálicos'.

b) Política de Energia.

- Desenvolvimento do Programa do Xisto
- "A PETROBRÁS" aplicará, no setor, na área de São Mateus, pelo menos Cr\$ 2,8 bilhões, inclusive para financiamento da primeira usina industrial. Ao lado disso, estando a área do Xisto fora do monopólio, poderão ser autorizados empreendimentos conjuntos (joint ventures), em outras áreas, para acelerar a absorção de tecnologia e permitir, que, em 1980, o óleo obtido através do xisto já represente parcela significativa da produção nacional de óleo bruto. Nesse sentido, além do programa de São Mateus, deverão ser promovidos e estimulados estudos e pesquisas em regiões potencialmente ricas de xistos".
- Programa do Carvão.

"Orientado no sentido de expansão e modernização da produção, incluindo, pesquisas para a utilização do carvão

como matéria-prima, para a elaboração de produtos industrializados, inclusive gasolina, e amoníaco; utilização dos sub-produtos do beneficiamento das minas para a produção de ácido sulfúrico e de ferro" — e mais recente o gás de carvão.

"Produção de minerais energéticos nucleares precedida de rigorosa sistematização da pesquisa, lavra instalação de usinas de concentração e elaboração sucessiva".

2. — Citando-se apenas o item, da relação anterior de insumos básicos, metais não ferrosos, podemos sentir a pressão que exerce sobre a nossa balança comercial. O valor CIF do "deficit" da balança comercial de metais não ferrosos comuns, entre outros, alumínio, cobre, chumbo, zinco, estanho, níquel, mostra o seguinte quadros nos anos de 1972 — US\$ 155 milhões; 1973 — US\$ 303 milhões; e 1974 — US\$ 598 milhões. O Paraná, conforme veremos adiante, apresenta várias ocorrências de minerais não ferrosos.

3. — Na área estadual, preconiza o Plano Objetivo e Metas de Desenvolvimento, a adoção das seguintes medidas:

a) Programas de Indústrias Básicas

"Com o objetivo de se engajar nos propósitos estabelecidos pelo Governo Federal no II PND, referentes ao setor industrial, o Estado do Paraná empreenderá esforços no sentido de ativar e fortalecer, suas indústrias básicas, mediante uma política de atuação, apoio e incentivo, orientada principalmente para as potencialidades do Estado que se apresentem mais promissoras. Assim, deverão ser apoiadas as atividades industriais que abrangem, entre outros, os ramos da química, mecânica, material de transporte, metalurgia, material elétrico e de comunicação, papel e celulose, cimento e minerais não metálicos".

Como podemos observar a grande maioria dos setores acima citados dependem altamente de insumos minerais.

B). Corretivos.

"Desenvolver em estreita vinculação com outros órgãos da administração estadual, um amplo programa de fornecimento de calcário para o setor agrícola do Paraná e de outros Estados. Isto será possível com a ampliação e modernização do parque industrial existente".

c). Complexos Industriais

"Fomentar a criação de novos projetos de industrialização de minérios, principalmente daquelas cujas matérias-primas sejam abundantes e conhecidas, como é o caso das indústrias de cerâmica e de cimento".

d). Pesquisa Mineral

"Ampliar e complementar a pesquisa prospecção e informação geológica, em associação com a Universidade Estadual do Paraná, CRPM, Ministério das Minas e Energia e o próprio empresariado uma vez que estudos já realizados abrangem somente parte das ocorrências."

e) Criação de Órgão Coordenador

"Presentemente a ação do Poder Público Estadual tem sido desenvolvida por diversos órgãos de sua administração. Necessário se faz um órgão centralizador que coordene a política e as ações no setor mineral. Uma vez implantado na esfera da Secretaria da Indústria e do Comércio, dará condições no Estado de atuar mais agressivamente neste setor. Será o elo de ligação com a Companhia de Recursos Minerais - CRPM, gestor dos recursos do Imposto Único sobre Minerais, centralizador e coordenador de toda a pesquisa e prospecção mineral no Estado, devendo também divulgar e promover as oportunidades minerais do Paraná. A implementação do desenvolvimento da mineração terá que levar em conta uma alta motivação e apoio financeiro ao empresariado local. Procurar-se-á fomentar a associação de Grupos empresariais locais com outros que disponham de suporte técnico e financeiro para a exploração mineral em escalas econômicas de produção".

4. — O Paraná apresenta potencial mineral considerável, como podemos ver da análise dos quadros demonstrativos de reservas e produção minerais do Estado.

O território do Paraná representa 2,3 por cento da superfície total do Brasil, donde podemos deduzir que a concentração, de ocorrências, é bastante significativa. Devemos levar em consideração que essas reservas não representam que a pesquisa mineral tenha sido exaustiva no Estado, pelo contrário, não se tem apresentado com a eficiência e profundidade técnicas exigidas.

5. — Os pedidos e Alvarás de Pesquisas, solicitados e emitidos pelo D.N.P.M., vem a confirmar a potencialidade mineral do Estado:

Minério	Nos. de Alvarás e Pedidos de Pesquisa
Água Mineral	14
Amianto	01
Areia	44
Areia para Fundição	01
Argila	65
Arsenopirita	05
Barita	12
Basalto	10
Cascalho	01
Calcáreo	300
Calcopirita	05
Carvão	10
Caulim	34
Chumbo	114
Cromo	01
Cristal de Rocha	01
Cobalto	—
Calcita	01
Cobre	77
Columbita	01
Conchas Calcáreas	10
Dolomito	55
Diamante (Industrial)	43
Diamante (gema)	02
Diorito	01
Diabásio	05
Feldspato	08
Ferro	11
Filitos	03
Fluorita	26
Granito	14
Gnaiss	03
Ilmenita	77
Manganês	01
Mármore	35
Mica	04
Migmatito	08
Nióbio	02
Níquel	18
Ocre	02
Ouro	60
Prata	08
Pirita	07
Pirofilita	05
Quartzo	01
Quartzito	08
Saibro	01
Sienito	—
Serpentinó	02
Talco	95
Tantalita	01
Titâneo	02

Minério

Nos. de Alvarás e Pedidos de Pesquisa

Turfa	03
Tungstênio	—
Xisto Argiloso	03
Zinco	94

6. — O IPARDES, pelo Projeto de Ativação da Pesquisa e Exploração Mineral das regiões do Litoral e Alto Ribeira, demonstra a necessidade e propõe a criação de um órgão coordenador da política mineral do Estado, bem como a de um Fundo de Mineração.

7. — A Lei de Orçamento do Estado, para o exercício de 1977, destina, para a implantação desta entidade e para o Fundo Paranaense de Mineração, recursos na ordem de Cr\$.. 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de cruzeiros).

8. — A empresa de mineração para ser operacional deverá ser constituída como sociedade de economia mista, fundamentalmente:

- Para aglutinar esforços públicos e privados, para um mesmo objetivo.
- Para possuir uma administração financeira ágil e diferenciada, envolvendo obtenção de créditos, convênios com entidades afins ou financeiras.
- Para possibilitar a contratação de serviços profissionais especializados. Neste particular, é importante se ressaltar que a Universidade Federal do Paraná possui um Centro de Estudos Geológicos, cuja primeira turma concluiu o curso em dezembro de 1976, podendo grande parte de seu potencial técnico ser utilizado pela MINEROPAR.

9. — FUNDO PARANAENSE DE MINERAÇÃO — FUPAM

O Fundo Paranaense de Mineração - FUPAM será constituído fundamentalmente por recursos oriundos do Imposto Único sobre Minerais e destinar-se-á a prover e financiar as atividades relacionadas com o aproveitamento dos recursos minerais, do Estado.

a) A instituição do Fundo Paranaense de Mineração - FUPAM estará adequado a ação do Estado às diretrizes dadas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento, que preconiza, quanto ao aperfeiçoamento das transferências da União aos Estados e Municípios.

... "O estímulo aos Estados para a criação de Fundos Estaduais de Desenvolvimento, pela desvinculação de suas cotas partes do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos (IULCLG), do Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE), do Imposto Único sobre Minerais (IUM) e da Taxa Rodoviária Única (TRU) ..."

b) O Decreto Lei 1038, de 21/10/69, que estabelece as normas relativas ao Imposto Único sobre Minerais, diz, em seu art. 16: "O Estado, Territórios, Distrito Federal e Municípios aplicarão a cota do imposto Único sobre minerais da seguinte forma:

I — Os Estados, em investimentos e financiamento de obras ou projetos que, direta ou indiretamente, interessem à indústria de mineração".

Estes são, Senhor Governador, os motivos fundamentais que me levam a propor à apreciação de V. Exa., o Anteprojeto de Lei que autoriza a criação da Sociedade de Economia Mista MINERAIS DO PARANÁ S/A — MINEROPAR e institui o Fundo Paranaense de Mineração - FUPAM.

Aproveito a oportunidade para renovar à V. Exa., protestos do mais profundo respeito.

(a) LUIZ GONZAGA PINTO
Secretário de Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 83/77

Através da Mensagem no. 72/77, o Poder Executivo pro-

põe a instituição do Fundo Paranaense de Mineração e a constituição da Empresa Minerais Paranaense S/A — MINEROPAR, destinada a gerir tais recursos e "assegurar condições a um efetivo desenvolvimento nas atividades de mineração no Estado do Paraná"

A presente iniciativa tem suporte nas atribuições constitucionais conferidas ao Governador, arroladas no Art. 47, da Carta, e seu articulado atende as exigências regimentais, pelo que opino favoravelmente ao prosseguimento do trâmite da matéria, acrescida as emendas anexas.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1977.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Maurício Fruet, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI No. 83/77

O § 1o., do Art. 11, passa a ter a redação seguinte:

§ 1o. — O Conselho de Administração, com mandato de dois (02) anos, permitida a reeleição por mais um período, será constituído da seguinte forma:

- a) — 03 (três) membros indicados pelo Governo do Estado;
- b) — 01 (um) membro escolhido da lista tríplice indicada pelo Departamento de Geo Ciências, da Universidade Federal do Paraná.
- c) — 01 (um) membro escolhido da lista tríplice indicada pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1977.

(aa) Maurício Fruet, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI No. 83/77

O Art. 15, fica acrescido da seguinte alínea:

"g) — No custeio de despesas para a formação e treinamento de mão de obra especializada.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1977.

(aa) Maurício Fruet, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei no. 83/77

Objetiva o presente plano de lei, oriundo da Mensagem Governamental no. 72/77, de 15 de junho de 1977, instituir o Fundo Paranaense de Mineração, bem como constituir a Empresa Minerais do Paraná S/A — MINEROPAR.

O projeto em questão foi devidamente apreciado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, da qual mereceu parecer favorável, com duas (02) emendas aprovadas pelo mesmo Órgão Técnico.

Quanto ao aspecto que a esta Comissão cabe examinar, nada existe a opor, visto que a iniciativa é de competência do Chefe do Poder Executivo e se ajusta ao Orçamento Geral do Estado, conseqüentemente às disponibilidades do Estado.

Em face das considerações supra expendidas, somos pela APROVAÇÃO do projeto ora em exame.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1977.

(aa) Erondy Silvério, Presidente; Aguinaldo Pereira Lima, Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Parecer ao Projeto de Lei no. 83/77

Oriundo da Mensagem Governamental no. 72/77, de 15/6/77, objetiva o presente projeto de lei instituir o Fundo Paranaense de Mineração, bem como a constituir a Empresa Minerais do Paraná S/A - MINEROPAR.

As duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, já se pronunciaram sobre a matéria, emitindo pareceres favoráveis.

Do processo consta uma extensa exposição de motivos

firmada pelo Sr. Secretário do Estado da Indústria e do Comércio, que contém os necessários detalhes e diz bem do interesse público a conveniência e oportunidade da medida ora submetida à apreciação desta Casa.

No âmbito desta Comissão de Indústria e Comércio, nada existe que possa obstar a sua tramitação normal por esta Assembléia.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em

(a) Werner Wanderer, Presidente e Relator

— Em discussão.

O SR. MAURÍCIO FRUET ((Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de "quorum"

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) O Sr. 1o. Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — Procede à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Responderam a chamada nominal 37 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão e conseqüente deliberação.

Em discussão o Projeto de Lei no. 83/77. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, em nome da Liderança do MDB, informo à Casa que, na sua primeira discussão, a nossa bancada votará favoravelmente à Mensagem do Chefe do Poder Executivo, propondo a criação da MINEROPAR. Amanhã, por ocasião da 2.a discussão, iremos manifestar o ponto de vista da bancada com relação ao mérito desta matéria.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Continua em votação o Projeto de Lei no. 83/77.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelelino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Penitenciando-me por não ter podido conversar com o Deputado Maurício Fruet sobre o meu posicionamento e, não havendo fechamento de questão neste caso, por minha bancada, tomo a liberdade, sem divergir da orientação partidária, mas, por liberalidade e não reconhecendo legitimidade na constituição vigente, baseado no princípio do direito constitucional, manifesto a minha votação contrária, tendo ainda em vista que as autarquias fogem ao controle e fiscalização do Poder Legislativo, especialmente nas suas gestões financeiras.

Por esta razão, quero declinar o meu voto contrário à formação de mais uma entidade, de mais uma autarquia que fique distante da fiscalização direta do Poder Legislativo, a exemplo do que tem ocorrido com outras, como, por exemplo, a RARIPAR e a EMOPAR que foram votadas aqui por esta Assembléia e essas organizações de administração indireta nasceram por força de uma lei sem a apreciação deste Poder Legislativo, que é a Lei de Reforma Administrativa. Ela passou por este Poder Legislativo, sem a apreciação adequada que deveria passar, a Lei de Reforma Administrativa do Estado, pela qual, está prevista a formação de empresas públicas e de autarquias, e de empresas de economia mista, deixando aqui agora, o meu protesto e o meu desagrado e a minha oposição, a esta sistemática de funcionamento do processo legislativo. E com base nesses princípios, declino a minha votação contrária a este projeto de lei que busca articular uma fórmula de agilização desse setor da economia paranaense.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Continua em votação; para encaminhá-la, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da ARENA.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente.

É óbvia a posição da bancada da ARENA com relação ao seu comportamento, face o anteprojeto de lei que ora se vota em primeira discussão.

A bancada da ARENA evidentemente, votará favorável, primeiro porque entende, ser esta empresa necessária aos interesses do Estado; segundo, porque ela está inteiramente revestida das formalidades legais, não se vislumbrando no anteprojeto, nem imediata, nem imediatamente, qualquer vulneração ao Direito Constitucional Brasileiro.

E, finalmente, para deixar claro, que esta empresa como as demais, não fogem e não fugirão ao controle, à fiscalização do Poder Legislativo. Basta que se leia o Art. 22, assim enunciado:

"A MINEROPAR encaminhará anualmente, relatório e balanço geral da gestão do Fundo Paranaense de Mineração, à Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, à Secretaria de Estado das Finanças e ao Tribunal de Contas do Estado, no prazo de noventa dias após o encerramento do exercício".

Sendo o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, um órgão auxiliar desta Assembléia, evidentemente fica, a inteira subordinação das contas da MINEROPAR, ao controle e à fiscalização deste Poder.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Em votação o Projeto de Lei no. 83/77. Para falar no encaminhamento, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Eu, ao longo da minha atuação nesta Assembléia Legislativa, sempre tenho me declarado contrariamente à proliferação de empresas públicas. Empresas que visam roubar a administração direta do Estado, as suas funções mais nobres e mais específicas.

E, neste meu posicionamento contra as empresas públicas, reiteradas vezes tenho chamado a atenção desta Casa que a cada vez que este Poder aprova a criação de uma empresa pública, está abrindo mão de parcela de sua representação que é a mais legítima, que é a representação popular.

Vamos nos referir especificamente, ao caso da EMOPAR: Não havia razão desta Casa ter votado a aprovação de uma empresa nos moldes da Emopar, que veio apenas substituir o Departamento de Edificações do Estado, que estava vinculado à Secretaria de Obras; a uma Secretaria de Estado, cujas obras constavam em orçamento. Cujas prestação de contas era feita por encaminhamento, ao final de cada período administrativo ao Tribunal de Contas. Mas que se constitua na realidade, num freio para o Poder Executivo. Porque num departamento as obras executadas, numa Secretaria de Estado, as obras executadas, programadas, são aquelas constantes na Proposta Orçamentária. O que não acontece na empresa pública; o que não acontece na Emopar, por exemplo, onde vemos o seu Presidente, em franca campanha eleitoral, a distribuir benesses aos Srs. Prefeitos do Interior.

Quando esta Casa, inadvertidamente tem aprovado os convênios depois deles já executados, sem nenhum controle sobre a aplicação do dinheiro público.

O nobre Deputado Fidelcino Tolentino, há poucos instantes verberou o procedimento da Casa no passado, que aprovou Mensagem do Poder Executivo, que tratava da reforma administrativa do Estado; aprovação esta que, segundo entendimento do nobre Deputado, foi feita sem maior critério.

Mas, eu quero, nesta oportunidade, dizer ao nobre Deputado que isto na realidade não ocorreu. A reforma administrativa foi aprovada sem pareceres; apenas por decurso de prazo; porque naquela oportunidade eu era o seu relator na Comissão

de Justiça e me neguei a dar um parecer à Mensagem Governamental, que propunha a reforma administrativa no Estado.

Entretanto, como o Governador na época, havia invocado dispositivo constitucional, ela foi aprovada por decurso de prazo. Portanto não houve incúria dos Srs. Deputados da legislatura passada, com relação àquela matéria. E a aprovação da Reforma Administrativa, é que está possibilitando a criação de todas estas empresas públicas. Entretanto, há que se distinguir: a empresa pública que é inoperante, que é desnecessária, daquela em que se faz importante a participação do Estado. Aqueles setores da atividade econômica, onde a iniciativa privada não tem suporte financeiro, para no caso da Mineropar, para pesquisa, lavra de minérios, de insumos básicos, minérios tão importantes para a vida nacional, para a vida da Nação, em cujo solo eles abundam. O solo paranaense é riquíssimo em minérios, mas, lamentavelmente, a iniciativa privada não tem suporte financeiro; não tem estrutura econômica para a sua pesquisa, para a sua lavra e para sua industrialização.

Então, há de se distinguir. Nós seríamos aqui taxados de contrários, a nossa atuação seria taxada de contrária aos interesses coletivos, se nós estivéssemos discutindo aqui a criação de uma empresa pública para a exploração de energia elétrica; para a exploração de telecomunicações, são atividades em que há necessidade do Poder público se fazer presente. Pela sua potencialidade, que jamais a iniciativa privada teria condições de desempenhar.

Srs. Deputados, toda a Casa deve estar lembrada, ao tempo em que os serviços de energia elétrica eram concedidos e explorados por empresas particulares. Então o que se verificava era o caso; era a deficiência, era a insuficiência da energia, que tanto atrasou o desenvolvimento deste país e que tanto enriqueceu a Light, Bond and Share e outras concessionárias estrangeiras. Foi preciso que se fizesse a nacionalização do acervo das companhias estrangeiras que exploravam a energia elétrica no País, para que o Brasil se libertasse, nesse importante setor na economia nacional. E hoje está aí mais do que provado o acerto da medida adotada pelo saudoso Presidente Castelo Branco. Está aí Itaipu, se tornando realidade, e que visa suprir já uma deficiência de energia elétrica, no setor sul do País. No setor de telecomunicações, não precisa outro exemplo mais gritante, mais apropriado, do que o que se passava no setor de telecomunicações, quando, para se obter uma ligação telefônica daqui a São Paulo, esperava-se de 8 a 10 horas. Entretanto, os dividendos fruíam correntemente para os cofres das companhias estrangeiras, que eram concessionárias dos serviços de telecomunicações do Estado.

E o setor de minérios não deixa de ser menos importante, ou é tão importante como o setor de telecomunicações, setor de energia elétrica, setor de petróleo, industrialização do xisto ou tantas outras atividades em que o setor público se faz presente, setor siderúrgico e tantos outros.

Lamentavelmente, no Paraná, não temos uma empresa privada que tenha capacidade financeira para exploração do nosso solo riquíssimo em minério.

Nessas condições, desde que do ponto de vista legal e constitucional nada há a opor, votarei favoravelmente, não porque pertença à ARENA, não porque queira votar com o Governo, mas porque vejo que, nessa atividade, é necessária a intervenção do Poder Público.

Porque, como já disse, e vou repetir, não há nenhuma empresa no Paraná que tenha suporte financeiro para atuar no campo dos minérios.

Por essa razão, Sr. Presidente, votarei favoravelmente, com a minha reserva para, na sessão de amanhã, apresentar uma emenda. Porque, o artigo 70. da Mensagem não é suficientemente claro, porque as atividades da nova empresa pública a ser criada, traz a esta Casa a nova mensagem governamental; devem ser restritas apenas àqueles setores onde realmente a ini-

ciativa privada não tenha condições de atuar, como nos setores de cromo, de níquel, de cobre e de outros minérios que demandam um vultoso capital para pesquisa, lavra e industrialização.

Agora, existem outros minérios, não onerosos, por exemplo, em que a capacidade de produção do Paraná não é só suficiente, como até é ociosa, como o setor de calcário, de cimento, cerâmica. Não há necessidade da intervenção estatal, nesses setores, onde a iniciativa privada vem, realmente, se desempenhando bem.

Nessas condições, me reservo para, em 2.ª discussão, apresentar uma emenda, fixando as atribuições da MINEROPAR, porque elas são realmente válidas, de acordo com o art. 70. da Mensagem do Governo.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente, para justificar o meu voto favorável em 1.ª discussão da Mensagem Governamental.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Em votação o Projeto de Lei no. 83/77.

O SR. LÚCIO MACHADO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A descentralização da administração pública se faz através dos países altamente democráticos do mundo. Concebendo-se ser o meio mais importante para o crescimento e desenvolvimento do Estado.

Entretanto, neste País, copiando-se os sistemas dos países democráticos de fato, criam-se as empresas públicas, me parece, com sentidos e objetivos outros, ou seja, de criar condições à participação de grupos de influência junto ao Governo, com prejuízos violentos ao Estado e ao seu povo.

Aqui está no projeto do Poder Executivo, o corpo da criação de mais um drágão que irá usurpar as economias do Estado do Paraná e, recentemente, este Poder Legislativo aprovou uma empresa pública que não deveria existir, praticando inclusive, a meu ver, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um dos maiores erros, provocando uma das maiores sangrias da economia do Estado, porque o Departamento de Viação e Obras Públicas que prestava relevantes serviços e estava estruturada para exercer o mister administrativo no setor de obras deste Estado, ficou abandonado, deixou de existir, e seu patrimônio ficou relegado ao desaparecimento, com grandes prejuízos à economia do próprio Estado.

Em Santo Antônio da Platina, na minha cidade, existe e está lá para a observação dos Srs. Deputados, uma das maiores unidades de serviço até então pertencentes ao Departamento de Viação e Obras que, prestava atendimento e fazia serviços de relevância para uma região composta de mais de 20 municípios e estava, Sr. Presidente, Srs. Deputados — e isto é muito importante num país onde a democracia não existe e se existe é apenas um enfeite — estava sob a fiscalização deste Poder. Transferiu-se todo este acervo, à EMOPAR, de graça. E nós, os representantes do povo, os componentes deste quadro maravilhoso que dá o aspecto democrático a esta Nação, fiscalizávamos, tomávamos conta da aplicação dos recursos do Estado, quando existia o Departamento vinculado ao Estado. Hoje, nós ficamos aqui a aprovar os amontoados — e eu acredito que todos os dias nós teremos, no decorrer de todo o mandato — de convênios perniciosos, que empobrecem principalmente os municípios que são as unidades importantes da existência do Estado e da Nação.

Daí Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu, pessoalmente, preservando a representação popular que exerço e as prerrogativas que me foram conferidas, votarei, a partir da 1.ª discussão deste projeto, e de todos os projetos desta natureza

que aqui tramitarem durante o período que meu mandato existir, contra.

Só votarei a favor pela criação de empresas públicas, na oportunidade em que este País for democrático, e este Poder volte a ser o que ele deve ser — o Poder fiscalizativo da economia do Estado.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Em votação o Projeto de Lei no. 83/77.

O SR. ENÉAS FARIA — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente.

Deveremos hoje analisar tão somente o aspecto constitucional desta matéria, fruto que foi do estudo, do trabalho da Comissão Técnica da Casa, onde recebemos Parecer do eminente, culto e estudioso companheiro, o Deputado Maurício Fruet, o que para nós, só bastaria como aval suficiente para darmos o referendo legal que esta matéria poderia merecer.

Mas me insurjo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em analisar tão só este aspecto.

Parece que há coisas mais sérias e há problemas mais graves no bojo desta matéria, ou no bojo da intenção governamental que esta Casa precisa analisar.

E encontro isso nas próprias palavras de eminentes Deputados da ARENA que justificam aqui seus votos.

Deputados desta legislatura, aprovamos aqui a criação de uma empresa que veio também cercada de toda a aura de simpatia e fincada na necessidade que teria o Executivo para poder agilizar a sua ação e o seu trabalho. E, hoje, o que todos nós conhecemos, acaba de ser dito daquela tribuna, que não passa essa empresa criada por esta Assembléia, com voto da Maioria, não passa essa empresa de um cabide de empregos, de um trampolim eleitoral para alguns homens do Governo, à custa da arrecadação, à custa do tributo, à custa do contribuinte.

Como poderemos nós, Sr. Presidente, nos isentarmos deste aspecto, quando analisamos e vamos deliberar esta matéria; quando vamos conferir a condição legal para criação desta empresa?

Não pararia aí a preocupação. Algumas dezenas de milhões de cruzeiros serão carreados para a constituição desta empresa; outras dezenas de milhões serão anualmente gastos na sua manutenção; e talvez, até, centenas de milhões ao longo do tempo serão investidos para que essa MINEROPAR possa desenvolver o trabalho que esse projeto de lei enuncia, quando hoje, no Brasil, Sr. Presidente, sabemos que a política mineral é toda ela defeituosa, é toda ela escorregadia.

Todos sabemos que estamos sendo sangrados neste País, com o que temos de mais caro e mais precioso; está sendo daqui levado, está sendo daqui carreado.

Parece que mais uma vez o contribuinte paranaense será responsável, a exemplo do que acontece nos investimentos do BADEP, a exemplo do que acontece nos investimentos da cidade industrial, mais uma vez o contribuinte paranaense será responsável pelo gigantismo acelerado das multinacionais que aqui sentam praçasugando a nossa economia.

Não me abalanço, Sr. Presidente, a votar favoravelmente por esta matéria e nem ela se limita a nos dar essas garantias.

Sei que é uma decisão realmente difícil: votarmos a favor ou votarmos contra. A favor, estaríamos beneficiando o Estado do Paraná, no sentido de que desse condições à exploração do seu subsolo, à exploração de suas riquezas? Ou estaríamos dando possibilidade de que outros fatos, os que falamos, e outros talvez viessem a ocorrer?

Votar contra seria emperrar o progresso do Estado? Negar a criação dessa companhia, seria obstacular o crescimento do Paraná? Difícil talvez a decisão, mas, Sr. Presidente, o passado, o

retrospecto, Sr. Presidente, e a política que informa este Governo, não me permite pensar diferente. Voto contra a matéria, voto contra a criação dessa companhia, na certeza de que no Paraná temos condições de executar o mesmo trabalho sem o penduricalho de empregos que querem criar; temos condições neste Brasil de executar a mesma tarefa, sem nos escancararmos aos interesses internacionais. Voto contra, Sr. Presidente, e me parece que outra dúvida que me assalta, é quando confiro a presença nesta Casa, e vejo que o Governo, tão cioso em não permitir a fiscalização nas suas empresas, nas companhias de economia mista, obstaculando inclusive, a aprovação de projetos nesse sentido nesta Casa, nascidos da lavra do MDB, da Oposição, não é pródigo também em manter presença aqui, para poder aprovar esta matéria. E hoje, se aprovada for, será pelo voto da maioria do MDB que aqui está presente. Pois se contem os que aqui estão, se contem os que aqui têm assento. É o MDB em maioria, porque o Governo deserta e não está aqui com a sua poderosa e numérica bancada, para dar aprovação e para dar aval a este projeto.

É a última dúvida que me assaltava, o suficiente, para me manter arredado da aprovação deste projeto.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Em votação o Projeto de Lei no. 83/77. — APROVADO o Projeto.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, pela ordem, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência defere, e fará verificação de votação, de forma inversa.

(É feita a verificação de votação). (Pausa).

27 Srs. Deputados aprovam.

07 Srs. Deputados rejeitam. — APROVADO.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Sr. Presidente solicito a V. Exa. que conste o meu nome como votante contrariamente à matéria.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Registrada a pretensão e as notas taquigráficas já colheram a manifestação de voto de V. Exa.

A Presidência, lembra aos Srs. Deputados aqui enumerados: Alfredo Gulin, Werner Wanderer, Egon Pudell, Luiz Alberto Oliveira, Jorge Sato, Renato Bernardi, Deni Schwartz, Nilso Sguarezzi e Enéas Faria, que o Sr. Deputado, integrante da Comissão Especial para apurar a situação da Economia do Paraná, Deputado Alfredo Gulin, convoca a todos, para ao término desta sessão plenária, na sala das Comissões, instalarem a referida Comissão Especial. E determina ao Depto. Legislativo providencie funcionário para secretariar essa primeira sessão de Instalação, da Comissão Especial tida, para verificar a desparanização da economia deste Estado.

A Presidência registra a presença no Plenário, do ex-Deputado Cioni Neto, atual Prefeito Municipal de Umuarama.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornalista Nilson Pohl, pela reportagem intitulada "Com a Vida por um Fio", veiculada pelo jornal "O Estado do Paraná", em sua edição do dia 16 p.p. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela fundação do jornal "Folha do Campo", na cidade de Campo Mourão, pelo jornalista Dickson Fragozo Veras. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo melhor adequação da estrutura policial do Distrito de Sarandi, Município de Marialva. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, quarta-feira, à hora

regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nos. 111/77, 254, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 276 e 280/77.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 83/77.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nos. 70, 80, 87 e 91/77, e de Resolução nos. 263/77, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271 e 272/77.

Levanta-se a Sessão.

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR A SITUAÇÃO DA ECONOMIA PARANAENSE

Aos vinte dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e sete, às dezesseis horas e quinze minutos, na sala de reuniões das Comissões, estiveram reunidos os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito para Apurar a Situação da Economia Paranaense, com a finalidade de instalar os trabalhos e proceder a eleição de seus dirigentes. Presidida na forma regimental pelo Sr. Deputado Alfredo Gulin, e com a presença dos senhores Deputados Renato Bernardi, Enéas Faria, Luiz Alberto Oliveira, Werner Wanderer, Jorge Sato e Deni Schwartz, foi declarada e instalada a Comissão e iniciados os trabalhos. Inicialmente o Sr. Presidente concitou os Srs. Deputados membros ao procedimento da eleição para o preenchimento dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Solicitando a palavra, o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira indica o nome do Sr. Renato Bernardi, como candidato à Presidência, no que foi acompanhado pelo Sr. Deputado Werner Wanderer. Eleito o Sr. Deputado Renato Bernardi por aclamação. Solicitando a palavra, o Sr. Luiz Alberto Oliveira aponta como candidato à Vice-Presidência, o Sr. Deputado Alfredo Gulin, também, a seguir, eleito por aclamação. Assumindo a presidência o Sr. Deputado Renato Bernardi, agradece a honra que ambas as bancadas lhe conferem, colocando em suas mãos os destinos da CPI, considerando, também, grande honra o fato de contar com um legítimo representante do empresariado paranaense na Vice-Presidência. Solicitando a palavra, o Sr. Deputado Alfredo Gulin discorre sobre a importância da Comissão. A seguir, o Sr. Presidente designa Relator da Comissão, o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, Pede a palavra o Sr. Deputado Jorge Sato para congratular-se com o Sr. Presidente pela sua eleição e também pela iniciativa ao requerer a constituição da Comissão. Sugere o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, seja determinada data semanal para a reunião ordinária, marcando a próxima para o dia vinte e um deste mês. Por sua vez, o Sr. Deputado Enéas Faria, oferece sugestão, no sentido de que as reuniões ordinárias aconteçam duas vezes por semana, visto a importância da matéria, e ainda, que a próxima reunião seja reservada para a Comissão delinear seu plano de trabalho. Sugestão acatada. A seguir, o Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, solicita sejam divididas por setores as atribuições da Comissão, com cada membro relatando assunto que melhor conhecer. Solicitação acatada. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião de Instalação, marcando a primeira reunião ordinária para a próxima quinta-feira, dia vinte e um, às dez horas da manhã. Da reunião, eu, Alberto Carazzai Neto, seu Secretário, extraí a presente Ata, que após lida e achada conforme, será por mim e pelo Sr. Presidente assinada, para que produza os efeitos legais.

(aa) RENATO BERNARDI
Presidente

Alberto Carazzai Neto
Secretário

RESERVAS MINERAIS

PARANÁ

PARTICIPAÇÃO RELATIVA PR/BR

1.973

DENOMINAÇÃO DA SUBSTÂNCIA	PARANÁ					
	MEDIDA	PR/BR	INDICADA	PR/BR	INFERIDA	PR/BR
1. Areia	249.618	0,019	-	-	-	-
2. Argila	12.405.025	2,71	1.125.000	0,24	1.125.000	0,05
3. Barinita	33,317	7,25	80.498	3,40	17.000	3,35
4. Calcário	1.610.263.440	23,29	640.795.712	26,40	755.963.500	15,53
5. Carvão	22.238.297	4,42	212.223	0,07	916.000	0,41
6. Caulim	11.961.859	1,56	-	-	-	-
(Minérios)	169.823	14,77	178.627	23,16	91.812	29,61
7. Chumbo	8,233	8,66	7,662	12,70	3,722	19,88
(Contido)						
(Minério)	144.960	0,31	176.640	0,98	689.280	2,95
8. Cobre	-	-	-	-	-	-
(Contido)						
9. Dolomita	31.018.100	22,23	14.740.936	19,15	18.816.582	21,79
10. Ferro	19.244.600	0,08	1.680.280	0,01	440.000	0,001
11. Mármore	4.732.363	2,22	-	-	641.012	0,31
12. Quartzito	154.880	0,11	-	-	-	-
13. Quartzo	30.728	0,50	-	-	-	-
14. Talco	1.835.295	16,27	3.160.744	58,06	4.183.826	44,97
15. Ilmenita	-	-	9.000	0,008	-	-
16. Xisto	864.602	8,07	-	-	-	-

(☆) Exclusive Betuminosos e Piro Betuminoso

Fonte: M.M.E. — D.N.P.M.

PRODUÇÃO MINERAL

POR GÊNERO DE INDÚSTRIA (EXTRAÇÃO DE MINERAIS E PRODUTOS DE MINERAIS NÃO FERROSOS)

PARANÁ E PARTICIPAÇÃO RELATIVA PR/BR

1.973

EXTRAÇÃO DE MINERAIS

DENOMINAÇÃO DA SUBSTÂNCIA	METAIS		METAIS NÃO		PRODUTOS DE	
	FERROSOS	PR/BR	FERROSOS	PR/BR	MINERAIS NÃO FERROSOS	PR/BR
1. Areia	-	-	-	-	25.782	1,40
2. Argila	-	-	-	-	61.033	3,50
3. Barinita	-	-	-	-	175	0,33
4. Calcáreo (bruto)	-	-	-	-	1.117.615	4,27
5. Carvão Bruto	-	-	-	-	319.393	5,73
6. Caulim	-	-	-	-	9.883	1,92
(Minério)	-	-	81.012	21,65	-	-
7. Chumbo	-	-	-	-	-	-
(Concentrado)	-	-	8.796	21,49	-	-
(Minério)	-	-	-	-	-	-
8. Cobre	-	-	-	-	-	-
(Concentrado)	-	-	-	-	-	-
9. Dolomita	-	-	-	-	27.461	2,05
10. Ferro (Minério)	1.095	0,002	-	-	-	-
11. Ilmenita (Concentrado)	-	-	-	-	-	-
12. Mármore	-	-	-	-	1.555	2,31
13. Ouro	-	-	-	-	-	-
14. Quartzito	-	-	-	-	-	-
15. Quartzo	-	-	-	-	238	1,52
16. Talco	-	-	-	-	57.707	59,52

(☆) Quantidade expressa em quilograma

Fonte: M.M.E. — D.N.P.M.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE JULHO DE 1977

ATIVO			
DISPONÍVEL			
Tesouraria		2.749.667,11	2.749.667,11
EXECUÇÃO DA DESPESA			
Venc. e Vantagens Fixas		30.038.981,59	
Despesas Variáveis C/Pessoal Civil		15.255.409,01	
Material de Consumo		1.241.886,82	
Serviços de Terceiros		10.071.964,92	
Encargos Diversos		929.346,72	
Despesas de Exerc. Anteriores		49.909,00	
Subvenções Sociais		7.439.125,73	
Inativos		3.646.073,33	
Pensionistas		1.485.511,41	
Salário Família		408.971,48	
Contrib. da Previdência Social		519.941,77	
Equipamentos e Instalações		400.878,00	
Material Permanente		348.043,91	
Auxílio para Obras Públicas		450.000,00	72.286.043,69
CONTAS PENDENTES			
Despesas Diferidas			
		SOMA ATIVO	75.035.710,80
PASSIVO			
LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS PESSOAL			
Venc. e Vantagens Fixas	29.030.000,00		
Despesas Variáveis c/Pessoal Civil	17.775.000,00		
Inativos	3.113.000,00		
Pensionistas	1.215.000,00		
Salário Família	407.000,00		
Contribuição de Previdência Social	590.000,00	52.130,00,00	
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO			
Material de Consumo	1.178.000,00		
Serviços de Terceiros	8.848.000,00		
Encargos Diversos	995.000,00		
Despesas de Exerc. Anteriores	50.000,00		
Subvenções Sociais	4.545.000,00	15.616.000,00	
CAPITAL			
Equipamentos e Instalações	343.000,00		
Material Permanente	345.000,00		
Auxílio para Obras Públicas	450.000,00	1.138.000,00	68.884.000,00
CREDORES			
Despesas Empenhadas	2.195.307,21		
Despesas Processadas	2.150.932,36		
Folha de Pagamento	258.114,16		
Consignações	1.037.498,44	5.641.852,17	
RESTOS A PAGAR			
Empenhados	393.512,65		
Processados – Credores	388,00		
Processados – Folhas de Pagamento	1.308,47	395.209,12	
CONTAS PENDENTES			
Outras Contas Pendentes	114.649,51	114.649,51	6.151.710,80
		SOMA PASSIVO	75.035.710,80

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO", EM 04 DE AGOSTO DE 1977.

CONTADOR GERAL
Gabriel Luiz Franceschi

CHEFE DIVISÃO CONTAB.
Sebastião de L. Cardoso

CHEFE SECÇÃO CONTAB.
Dirceu G. Cordeiro

PORTARIA NÚMERO 688/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

retificar as Portarias números 609/77 e 675/77, que autorizam CILENE MARIA DA SILVA e LIZETE BITTENCOURT, ora à disposição deste Poder, a prestarem serviços extraordinários, a fim de declarar que a autorização é até 31 de dezembro de 1.977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de setembro de 1.977

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 689/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8986, de 14 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

retificar a Portaria número 547/77, para declarar que o funcionário ANTÔNIO GARCIA, deverá prestar serviços de Assessoramento Jurídico, no Departamento Administrativo e não como consta naquele ato.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de setembro de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 690/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9043, de 15 de setembro de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

retificar o nome de MARIA SOCOLOWOSKA SCOMP, ora à disposição deste Poder, a fim de que dos assentamentos funcionais da citada servidora conste o seu nome como sendo MARÍLIA SOKOLOSKA SLOMPO:

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de setembro de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 691/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9018, de 15 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/77, da funcionária MAI FAIR PERINE, matrícula número 187, ocupante do cargo de nível PL"21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de setembro de 1.977

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 692/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA

LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9027, de 15 de setembro de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária GENIR DOS SANTOS FERNANDES, matrícula número 199, ocupante do cargo de nível PL"16", da Série de Classes de Auxiliar de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, vinte (20) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 12 de setembro de 1.977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de setembro de 1.977

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 693/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8886, de 12 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária ANGELINA GARCIA PACHECO, matrícula número 183, ocupante do cargo de nível PL"19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, 30 (trinta) dias de férias, referentes ao exercício de 1.977, a partir de 13 de setembro de 1.977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de setembro de 1.977

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 694/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8891, de 12 de setembro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, do funcionário CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI, matrícula número 386, ocupante do cargo de nível PL"30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de setembro de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 695/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9038, de 15 de setembro de 1.977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária JOANA DE LIMA, matrícula número 558, ocupante do cargo de nível PL"15", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.976, a partir de 19 de setembro de 1.977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de setembro de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY - Diretor Geral